

Sociologia, sociologia do trabalho*

João Freire**

Resumo: Numa primeira parte, o autor esboça uma reflexão sobre a disciplina da sociologia do trabalho, referindo os seus sucessivos objectos de análise: a actividade do homem produtor; o movimento operário; as ocupações e profissões; as organizações e empresas. Num segundo momento, passam-se em revista quase vinte anos de história do ensino desta disciplina no ISCTE.

I

As linhas de intróito a um Relatório sobre “o programa, os conteúdos e os métodos de ensino teórico e prático” de uma unidade lectiva universitária podem constituir o pretexto para umas breves reflexões gerais sobre a disciplina científica em questão e sobre o modo como o signatário a tem entendido.

No caso vertente — o da sociologia e do seu ramo disciplinar da sociologia do trabalho - poderíamos começar por referir as dificuldades de definição do seu próprio objecto, apanhado na encruzilhada entre, por um lado, a procura de uma definição de trabalho satisfatória do ponto de vista conceptual e lógico e a evolução relativamente rápida dos juízos sociais sobre o trabalho — onde se vislumbram facilmente (mas muito mais dificilmente se precisam, com rigor) a acção combinada de factores como os tecnológicos, os organizacionais e os económicos, para além dos sociais — e, por outro lado, uma delimitação do campo teórico e problemático deste ramo disciplinar que pode assumir a forma ambiciosa mas quase tautológica que lhe propõe Georges Friedmann — “a sociologia do trabalho deve ser considerada, em sua mais vasta extensão, como o estudo, nos diversos aspectos, de todas as colectividades humanas que se constituem graças ao trabalho”¹ — mas que um exame histórico da evolução dos seus objectos empíricos de pesquisa mostraria ter-se desenvolvido antes segundo temas e perspectivas de análise claramente marcadas pela procura social e por determinados paradigmas teóricos, eles mesmos tributários de conjunturas, social, ideológica e historicamente identificáveis.

* Texto adaptado da primeira parte do relatório de cadeira apresentado em provas de agregação.

** Professor de sociologia do ISCTE e investigador no CIES.

A sociologia do trabalho foi, assim, num primeiro momento, uma *sociologia industrial* que tinha no âmago da sua análise a *situação de trabalho fabril e os comportamentos sociais dos operários dos países em vias de industrialização* — quer tal concepção se apresente sob a visão integrativa de um Elton Mayo (cuja descoberta do “homem social” marca, para a generalidade dos autores, o nascimento do objecto teórico desta disciplina), quer nas teorias explicativas do sindicalismo de um Perlman ou de um Tannembaum; tanto na análise dos efeitos da evolução técnica de Friedmann como no conceito de sociedade industrial de Aron ou Clark Kerr.

Numa fase subsequente, a sociologia do trabalho transmutou-se num campo de estudos dos *conflitos sociais protagonizados pelo movimento social do operariado*, como foi patente no caso de Alain Touraine e da sua teoria da acção.

A partir de um enfoque marcado pelo individualismo metodológico mas igualmente pela Escola de Chicago, a sociologia do trabalho foi também uma disciplina preocupada em analisar os *efeitos e características da divisão social das ocupações profissionais*, como resulta na obra de Theodore Caplow ou Everett Hughes.

Mas tanto quanto os saltos de natureza teórico-metodológica, as sucessivas e contemporâneas deslocações, desfocagens e diferenças de entendimento do que é a actividade de trabalho reorientaram pouco a pouco o olhar dos investigadores *do trabalho* — fazeres e saberes-fazeres — *para a profissão*, como por exemplo em Larson (mercados monopolizados) ou Johnson (poder social), e *para o emprego*, como nos propõe mais recentemente Pierre Tripier ao falar da necessidade de uma *sociologia do mercado de trabalho*.

Por último, no seguimento de uma orientação aberta por Michel Crozier, com Sainsaulieu a disciplina em questão transfere-se para uma *sociologia da empresa*, instituição vista como espaço privilegiado de (re)produção de relações sociais e de sentidos simbólicos nas nossas sociedades pós-industriais, para além de unidade económica e produtiva².

Assim, actividade do homem produtor, movimento operário, ocupações e profissões, organizações e empresas, podem, de volta em volta, constituir-se como objectos de estudo da sociologia do trabalho. Uma tal diversidade de perspectivas e de objectos de análise pode levar à interrogação legítima acerca da unidade e coerência de um tal campo disciplinar e vários autores não se têm privado de o fazer³. Há mesmo quem fale de uma dissolução da sociologia do trabalho na sociologia geral⁴.

Pela nossa parte, julgamos que uma posição deste tipo constitui uma espécie de reflexo simétrico de algum imperialismo disciplinar que certos sociólogos do trabalho chegaram a deixar transparecer, propondo a inclusão no seu campo de estudo de fenómenos tão díspares como a aposentação, as actividades de lazer ou a análise do espaço urbano-industrial, a partir da realidade e do princípio explicativo central que o trabalho constituiria⁵. Pensamos, sim, que não só estas diferentes e sucessivas perspectivas de análise trouxeram, todas elas, contribuições significativas ao património científico da sociologia, como continua a ser

frutuosa a sua utilização para dar conta da multiplicidade e complexidade de situações que se colocam no mundo, simultaneamente diverso e cada vez mais unido, de hoje.

O que manifestamente se decompõe e esboroa é a ideia racionalista de um campo de estudo rigorosamente definido e exclusivo, com fronteiras inequívocas face a outros ramos disciplinares da sociologia. É também a pretensão de uma unidade teórica que ela só talvez na fase pioneira das “relações humanas” julgou possuir.

Pelo contrário, se deixarmos as questões nominalistas nos seus devidos termos (sociologia do trabalho *versus* sociologia industrial, etc.), aquilo que certamente dá consistência à disciplina é o efeito cumulativo da investigação realizada e das teorias produzidas, é a exercitação das técnicas e dos métodos de pesquisa e intervenção, é concerteza também o lugar institucional talhado e consolidado no ensino e na investigação por um percurso e uma história que atinge já vários decênios. E é, sobretudo, a importância incontornável do fenómeno trabalho, isto é, da actividade humana que assegura a subsistência e reprodução da vida material e social, mesmo se, nas representações que dela fazem os indivíduos, o seu lugar e valor têm sofrido modificações, parecendo perder hoje a função de princípio organizador central da vida em sociedade que se lhe reconhecia há algum tempo atrás.

Por todas estas razões, aqui apenas sumariamente evocadas, julgamos que a perda do lugar de prestígio que ocupou muito cedo entre os vários campos das sociologias especializadas resultará mais da crise de certas teorias particulares ou de certos paradigmas explicativos, ou ainda dos efeitos de novidade/vetustez e das relações de poder institucional entre os diversos ramos e disciplinas, do que de uma efectiva perda do interesse e da relevância deste objecto de estudo.

Pensamos mesmo que alguma vacilação que tem denotado ultimamente a sociologia do trabalho pode ser efeito — embora também, parcialmente, causa — de uma certa crise de confiança que afecta a sociologia no seu conjunto, concorrenciada por outras disciplinas que aparentemente com mais eficácia surgem a disputar-lhe objectos empíricos de estudo que pareciam caber-lhe, porventura atrasada no plano da operacionalização e formalização das técnicas de análise e intervenção, e sobretudo abalada pela natureza e importância das transformações sociais mais recentes que vieram inevitavelmente lançar a dúvida e o descrédito sobre teorias e paradigmas que pareciam gozar de excelente saúde.

É, no fundo, por razões desta ordem, atinentes a uma certa leitura histórica (quero dizer, inscrita e contextualizada no tempo moderno) da produção de conhecimentos científicos em sociologia que, pessoalmente, temos adoptado uma orientação epistemológica sempre muito modesta e prudente quanto às capacidades explicativas das teorias elaboradas pelos sociólogos.

O interesse e a urgência que muitas vezes referimos a propósito da escassez de pesquisa empírica realizada — particularmente no nosso país — não devem significar, neste quadro, uma opção propriamente “empirista” ou desvalorizadora do polo teórico na elaboração do pensamento sociológico. Todos conhecemos os

perigos e as armadilhas do “real” e a indispensabilidade da formulação teórica para condensar, generalizar e orientar o olhar do observador sobre os factos sociais. Mas nem todos talvez entendamos da mesma maneira os efeitos de uma eventual sobrevalorização do teórico que, por vieses sempre complexos, orientaria os critérios de escolha (e portanto também de silenciamento) da informação empírica de molde a confirmar, a “provar, a justeza da lei (científica)”. Neste último sentido, reconhecemos então, em consonância com o que acima afirmámos, que receamos talvez mais os inconvenientes de um lugar excessivo concedido à teoria do que semelhante defeito em relação à empiria.

Em qualquer caso, resulta para nós claro que continua a existir um vasto programa de pesquisa na área da sociologia do trabalho, tal como se carece de novos esquemas teóricos e teorias de médio alcance capazes de dar conta das transformações sociais ocorridas e em curso em interacção com domínios como os da economia, da tecnologia ou mesmo da política. E uma das direcções privilegiadas deste esforço deverá consistir, por certo, no aperfeiçoamento, testagem e refinamento das metodologias de análise e intervenção adequadas a esta disciplina.

Por todas estas razões, julgamos indispensável o prosseguimento do ensino superior da sociologia do trabalho, augurando-lhe mesmo futuras expansões, em relação com temáticas especializadas e modalidades a desenvolver de aplicação dos seus ensinamentos.

II

O ensino da sociologia do trabalho está intimamente ligado à história do ensino da sociologia no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Como se sabe, razões de natureza política e ideológica — ou a “consciência possível das classes dominantes”, como escrevia no dealbar dos anos 70 o Professor Sedas Nunes⁶ —, terão determinado a não existência de um qualquer curso de sociologia no ensino superior português na vigência do anterior regime político. A própria reforma do ministro Veiga Simão, no âmbito da qual foi fundado o ISCTE, reconhecia que “os problemas da vida económica e social revestem-se de uma importância, complexidade e diversidade crescente, tornando cada vez mais necessária a formação de diplomados com cursos superiores nos respectivos domínios” (sublinhados nossos)⁷. Mas optou por criar nesta Escola - a par do de Organização e Gestão de Empresas - um curso de Ciências do Trabalho que foi visto como uma manifestação concreta da aludida impossibilidade e que, após a revolução de 1974 e por iniciativa dos seus alunos e professores, veio a transformar-se no actual curso de sociologia.

Assim, se a eventual intencionalidade tecnocrática de umas “ciências do trabalho” terá resultado frustrada pelas transformações de 1974-78⁸, é assinalável que os problemas ligados ao trabalho tenham desde o início tido uma considerável relevância nas matérias leccionadas no novo curso de sociologia.

Logo no ano lectivo de 1974/75 funcionou um seminário intitulado Trabalho e Classes Trabalhadoras e nos anos seguintes, até 1977/78, uma “Área de Conflitos de Trabalho” no seio de um Seminário sobre a Sociedade Portuguesa, destinado aos últimos anos (4º e 5º) do curso. Estes seminários foram dirigidos pelos docentes Marinús Pires de Lima, José David Miranda e Fátima Patriarca e estavam fortemente vinculados à problemática teórica dos conflitos sociais, que também subtendia a maior parte das iniciativas de investigação empírica, tanto as realizadas por alunos, no âmbito da sua formação académica⁹, como as produzidas por docentes e investigadores do ISCTE e do então Gabinete de Investigações Sociais (GIS)¹⁰.

A primeira disciplina de Sociologia do Trabalho regida no ISCTE funcionou no ano lectivo de 1975/76, sob a responsabilidade do signatário, apresentando um programa onde predominava a abordagem macro-sociológica e era visível a influência de autores franceses da sociologia do trabalho, mas menos a da “escola friedmanniana” e certamente não uma dominância da sociologia da acção de Alain Touraine¹¹. Não significa isto que as afirmações de Alan Stoleroff acerca da influência desta última na génese da sociologia do trabalho em Portugal¹² careçam de fundamento, mas apenas que, se terá sido essa a orientação dominante, ela não se revelou no caso particular desta primeira experiência de ensino sistematizado da sociologia do trabalho no ISCTE. Na realidade, coexistiam nela as perspectivas de análise de Touraine ou Durand, mas igualmente as de Rolle, Reynaud, Crozier, Goldthorpe e outros ainda, significativamente diferenciadas daquela.

A partir de 1978/79, uma primeira reestruturação curricular veio situar o ensino da sociologia do trabalho no curso de sociologia do ISCTE num lugar que, com algumas variações, se tem mantido até agora sensivelmente nos mesmos moldes; isto é: nos últimos dois anos do plano de estudos, com a existência de uma disciplina teórica introdutória, seguida e articulada com um seminário de iniciação à investigação empírica e virado para o aprofundamento do conhecimento da realidade portuguesa actual, neste domínio.

Numa primeira fase, este esquema era assegurado por uma cadeira (Sociologia do Trabalho) no 1º Semestre do 4º ano, seguida, logo no 2º Semestre, pelo Seminário, que se prolongava depois por todo o 5º ano. Na prática, o projecto de pesquisa era elaborado no 2º semestre do 4º ano, sendo desenvolvido e aplicado ao longo do 5º. Num momento posterior, a cadeira introdutória passou a ter uma duração anual, tal como a do seminário terminal.

Esta organização curricular era comum para a Sociologia do Trabalho, a Sociologia Política e a Sociologia do Desenvolvimento (com as “sub-áreas” de Sociologia Urbana, Sociologia Rural e Problemas do Desenvolvimento) e a vontade de convergência traduzia-se — sem grande êxito, aliás — pela subsistência, ainda durante algum tempo, da designação Seminário sobre a Sociedade Portuguesa, seguida da área de especialização correspondente.

Na verdade, uma certa tendência autonomizante levou à ligação directa das cadeiras “introdutórias” com os seus respectivos seminários, bem como ao au-

mento da oferta. Na revisão curricular de 1983 são reconhecidas aquelas cinco sociologias especializadas (trabalho, política, urbana, rural e desenvolvimento), que passam a oito na reestruturação de 1986, com a companhia das sociologias da comunicação, da cultura e da educação¹³.

Esta posição curricular privilegiada da sociologia do trabalho no curso de sociologia do ISCTE foi acompanhada de uma procura significativa por parte dos alunos, sabendo-se que, nesta fase do curso, existiam possibilidades de opção entre várias áreas disciplinares concorrentes. A sociologia do trabalho manteve-se entre as opções mais procuradas, embora registrando nos últimos anos alguma quebra, relacionável como o aumento do número de disciplinas e seminários oferecidos.

A docência da área de sociologia do trabalho foi naturalmente acompanhando estas modificações de procura, curriculares e legais¹⁴.

Assim, num “Documento-síntese sobre o desenvolvimento da área de sociologia do trabalho no ISCTE” de Março de 1986, acentuava-se a “importância da coerência da articulação entre a cadeira Introdução à Sociologia do Trabalho e o Seminário de Sociologia do Trabalho, nos dois últimos anos do curso”, bem como se propunha o “alargamento do leque de escolha das optativas complementares na área da sociologia do trabalho”¹⁵. Esta orientação significava, pois, por um lado, que a primeira daquelas disciplinas deveria ser concebida como uma verdadeira cadeira de iniciação no ramo disciplinar especializado da sociologia do trabalho, preparando a frequência, no ano seguinte, do correspondente seminário, durante o qual seriam aprofundados vários dos temas só superficialmente abordados na cadeira introdutória. Por outro lado, evidenciava-se a conveniência da criação de outras cadeiras complementares da mesma área, o que foi posto em prática com a cadeira optativa de Sociologia das Organizações regida pelo professor José Baptista em regime de acumulação.

Dois anos mais tarde, num outro documento¹⁶, considerava-se desejável para obter uma formação capaz de possibilitar um desempenho profissional na área da “sociologia do trabalho e das organizações” a existência de uma cadeira de Introdução à Sociologia do Trabalho, de uma outra de Sociologia da Empresa e do Desenvolvimento Organizacional, de um terminal Seminário de Sociologia do Trabalho e das Organizações e, ainda, de uma optativa a escolher de entre as que poderiam ser propostas pelas áreas disciplinares da psicologia social, da economia dos recursos humanos, do direito do trabalho, da gestão empresarial e da sociologia política¹⁷.

Assim se gizou este conjunto articulado de três unidades lectivas — Introdução à Sociologia do Trabalho, Sociologia das Organizações e do Desenvolvimento Social da Empresa e Seminário de Sociologia do Trabalho — tendentes a constituir uma formação que, cada vez mais, procurava conjugar as aquisições teóricas e as aplicações práticas de uma sociologia do trabalho e de uma sociologia das organizações, entendidas de maneira mais tradicional. O estudo sociológico do “trabalho” e das “organizações” surgia, assim, cada vez mais articulado curricularmente, correspondendo a um entrosamento teórico deliberadamente

procurado, bem como à preocupação por um reconhecimento social de um perfil profissional de sociólogos especialistas neste domínio¹⁸.

Por último, não é despropositado lembrar a correspondência simbólica entre esta definição mais lata do âmbito da nossa área disciplinar com a própria designação do ISCTE — desde há tempo considerada como destinada a ser alterada, mas que tem sobrevivido à rápida evolução desta instituição — e onde os termos “trabalho” e “empresa” constituem elementos identitários porventura associáveis à procura de que temos beneficiado.

O objectivo principal perseguido pela Secção de Sociologia do Trabalho, das Organizações e do Emprego, criada no quadro do novo Departamento de Sociologia, nos últimos anos, passou, pois, pela consolidação daquele supracitado conjunto de cadeiras no sentido de conferir aos alunos de licenciatura uma formação de pré-especialização na área do “trabalho e organizações” capaz de possibilitar práticas profissionais específicas de aplicação da sociologia. A exigência, nova, de uma dissertação final individual (em vez do já tradicional trabalho de grupo de iniciação à investigação empírica) e a possibilidade de um estágio, no 5º ano, procuravam responder às mesmas preocupações.

A formação de verdadeiros especialistas neste ramo, assente na aquisição e prova do domínio de capacidades de investigação científica, era, entretanto, deixada para um nível de formação pós-graduada, que o ISCTE iniciou em 1989 com os cursos de mestrado em sociologia, comportando uma “área de especialização em sociologia do trabalho”.

Nos últimos três anos, no quadro do processo de debate científico interno sobre o alargamento do ISCTE e a sua constituição, a prazo, como Universidade, a Secção de Sociologia do Trabalho, das Organizações e do Emprego discutiu ainda e elaborou várias propostas relativas à apresentação de um leque mais diversificado de ofertas de formação na sua área, admitindo-se várias possibilidades para a sua concretização: a criação de um ramo especializado de “sociologia do trabalho e das organizações” dentro da licenciatura em sociologia; a criação de uma nova licenciatura, interdisciplinar, centrada sobre a temática das “organizações e administração”, onde a abordagem sociológica fosse consistente e significativa; ou até a criação de uma licenciatura especializada em “sociologia do trabalho, das organizações e do emprego”. Simultaneamente, aprofundava-se a reflexão sobre a oferta de cadeiras desta área aos cursos não sociológicos ministrados no ISCTE e sobre as formações, actuais e potenciais, tanto de carácter académico como profissionalizante, de especialização pós-graduada, inclusive de carácter internacional¹⁹.

Do processo de debate desenvolvido nos âmbitos departamental e da Escola veio a sair uma proposta final, aprovada oficialmente já no ano de 1993, que introduz uma alteração curricular no actual curso de licenciatura em sociologia e cria dois novos perfis de licenciaturas sociológicas, caracterizadas pela ênfase posta em certas problemáticas particulares, uma de “sociologia e planeamento” e, outra, de “sociologia e organizações”. Trata-se, pois, de mudanças significativas, cujo alcance e implicações talvez não possam ainda ser completamente equacionados.

Nesta nova estrutura curricular, ficaram directamente catalogadas como *disciplinas sociológicas especializadas nucleares* (tipo B, anuais) as cadeiras Sociologia do Trabalho e Sociologia das Organizações. Nos cursos de Sociologia e Sociologia e Planeamento, estas duas disciplinas constituem opções frequentáveis no 3º ou 4º ano curriculares. No curso de Sociologia e Organizações são de frequência obrigatória, respectivamente no 3º e no 4º anos.

Assim sendo, são quase inteiramente transferíveis para esta nova disciplina intitulada Sociologia do Trabalho os objectivos, programa e aperfeiçoamentos pedagógicos desenvolvidos pelo signatário, nos últimos anos, na cadeira Introdução à Sociologia do Trabalho, já que também aquela tem uma função *fundamentalmente introdutória* à abordagem sociológica dos problemas do trabalho e das organizações.

Notas

- 1 *Tratado de Sociologia do Trabalho*, sob a direcção de Georges Friedmann e Pierre Naville. S. Paulo, Cultrix, 1973, v. 1, p. 37 (ed. orig. 1961-2).
- 2 Para os autores acima citados, vejam-se sobretudo as obras:
MAYO, Elton, *Los Problemas Humanos de una Civilización Industrial*. B. Aires, Nueva Visión, 1972 (ed. orig. 1933).
PERLMAN, Selig, *A Theory of Labor Movement*, N. York, Angustus, M. Kelley, 1970 (ed. orig. 1928).
TANNENBAUM, Frank, *Une Philosophie du Travail: le Syndicalisme*. Paris, La Colombe, 1957.
FRIEDMANN, Georges, *Sept Études sur l'Homme et la Technique*, Paris, Gonthiers, 1966.
ARON, Raymond, *Dezoito Lições sobre a Sociedade Industrial*. Lisboa, Presença, 1981 (ed. orig. 1962).
KERR, Clark et al., *Industrialismo e Sociedade Industrial*, R. Janeiro, Fundo de Cultura, 1963 (ed. orig. 1960).
TOURAINÉ, Alain, *La Conscience Ouvrière*, Paris, Seuil, 1966.
CAPLOW, Theodore, *The Sociology of Work*. Westport, Conn., Greenwood Press, 1981 (ed. orig. 1958).
HUGHES, Everett C., *Men and their Work*, Westport, Conn., Greenwood Press, 1981 (ed. orig. 1958).
LARSON, M. S., *The Rise of Professionalism*, Berkeley, Univ. Cal. Press, 1977.
JOHNSON, Terence J., *Professions and Power*, London, MacMillan, 1967.
TRUPIER, Pierre, *Du Travail à l'Emploi*, Bruxelles, Ed. Univ., 1991.
CROZIER, Michel et al., *L'Acteur et le Système*, Paris, Seuil, 1977.
SAINSAULIEU, Renaud, *Sociologie de l'Organisation et de l'Entreprise*, Paris, Dalloz/FNSP, 1987.
- 3 Entre outros, Pierre Rolle em *Introdução à Sociologia do Trabalho*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978 (ed. orig. 1971) e *Travail et Salariat*, Grenoble. P.U.G., 1988.
- 4 Pierre Tripiér, "La sociologie du travail", in *Sociologie Contemporaine*, sob a direcção de P.-P. Durand e R. Weil, Paris, Vigot, 1990, p. 369.
- 5 É um pouco o caso do *Tratado de Sociologia do Trabalho*, de Friedmann e Naville, mas a ideia da centralidade do trabalho nas sociedades modernas constitui uma referência fundamental para muitos outros autores.
- 6 Ver *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, Presença/GIS, 1977 (ed. orig. 1971).

- 7 Do Preâmbulo do Decreto-lei nº 520/72, de 15 de Dezembro.
- 8 Com a cobertura legal dada pelo Decreto-Lei nº 225/74, de 28 de Maio, para inovar e experimentar novas formações e pedagogias, o curso de licenciatura em Sociologia substituiu imediatamente o de Ciências do Trabalho, vindo a ser oficialmente reconhecido pelo Decreto Regulamentar nº 10/78, de 5 de Abril, do ministro Sottomayor Cardia.
- 9 Cite-se, por exemplo, Pimentel, D. et al.. "Fábrica Simões: autogestão ou delegação de poderes?" Estudo de caso numa empresa intervencionada", *Análise Social*, (50), 1977.
- 10 Veja-se, nomeadamente, a obra *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto, Afrontamento, 1976-77, 3 vols., da autoria de Mª de Lurdes Lima dos Santos, Marinús Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira.
- 11 O programa desta disciplina estruturava-se nos seguintes oito pontos:
 1. A evolução das formas sociais de trabalho: o sistema artesanal e as corporações
 2. Industrialização e revolução industrial: a constituição do proletariado; manufactura e sistema fabril
 3. Sociologia do trabalho: a organização científica do trabalho e o fordismo
 4. Sociologia da empresa: a organização informal da empresa e as Relações Humanas
 5. A burocracia como sistema de organização
 6. Transformações do trabalho industrial: os sistemas de trabalho
 7. Formas de acção e de consciência operárias: o debate sobre a nova classe operária
 8. Sociologia do salariado.
- 12 Alan D. Stoleroff. "Sobre a Sociologia do Trabalho em Portugal", *Sociologia - Problemas e Práticas*, (11) e (12), 1992.
- 13 A última nunca chegou a funcionar com este estatuto.
- 14 Foram, em especial, as Portarias nº 663/79, 796/83 e 680/86.
- 15 Documento que mereceu aprovação da então X Área de Conhecimentos (subgrupo B - Sociologia do Trabalho).
- 16 "Documento de orientação sobre o ensino da sociologia do trabalho e das organizações do ISCTE, a investigação e o exercício profissional nesta especialidade", igualmente aprovado pela estrutura referida na nota anterior, em Março de 1988.
- 17 A cadeira optativa sobre temática organizacional funcionou nos últimos anos sob a responsabilidade de Duarte Pimentel sob o título de Sociologia das Organizações e do Desenvolvimento Social da Empresa.
- 18 A questão da profissionalização dos sociólogos esteve muito presente nos debates gerados nos dois primeiros congressos portugueses de sociologia, em 1988 e 1992.
- 19 Foi, nomeadamente, o caso das discussões tidas com professores das Universidades Complutense de Madrid, Paris-VII, Paris-X, Livre de Bruxelas, Warwick e Estudos de Bolonha, no quadro de um Programa Interuniversitário de Cooperação coordenado pelo ISCTE, no âmbito do Programa ERASMUS.